



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA – UEPB
PRÓ-REITORIA DE ENSINO E GRADUAÇÃO – PROEG
COORDENAÇÃO INSTITUCIONAL DE PROGRAMAS ESPECIAIS - CIPE
CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA A DISTÂNCIA**

JOSÉ CLEITON DOMINGOS DE SOUSA

**O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO E SEUS IMPACTOS NO MEIO AMBIENTE:
O CASO DO BAIRRO TANCREDO NEVES – CATOLÉ DO ROCHA – PB.**

**CATOLÉ DO ROCHA - PB
2011**

JOSÉ CLEITON DOMINGOS DE SOUSA

**O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO E SEUS IMPACTOS NO MEIO AMBIENTE:
O CASO DO BAIRRO TANCREDO NEVES – CATOLÉ DO ROCHA – PB.**

**Trabalho de Conclusão apresentado
ao curso de Licenciatura Plena em
Geografia na modalidade a Distância
(Pro- licenciatura) como requisito
parcial para a obtenção do título de
Licenciado em Geografia, em
cumprimento às exigências legais.**

Orientador(a): Msc. Celênia Souto Macedo

**CATOLÉ DO ROCHA - PB
2011**

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL – UEPB

S725p

Sousa, José Cleiton Domingos de.

O processo de urbanização e seus impactos no meio ambiente [manuscrito]: o caso do bairro Tancredo Neves – Catolé do Rocha- PB. / José Cleiton Domingos de Sousa – 2011.

18 f.: il. color.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia a Distância) – Universidade Estadual da Paraíba, Secretária de Educação à distância - SEAD, 2011.

“Orientação: Ma. Celênia de Souto Macedo, Departamento de Humanas.”

1. Problemas sócio-ambientais. 2. Meio ambiente -. 3. Desenvolvimento econômico. I. Título.

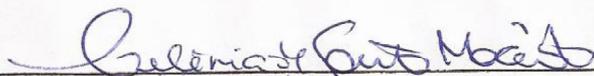
21. ed. CDD 304.28

JOSÉ CLEITON DOMINGOS DE SOUSA

**O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO E SEUS IMPACTOS NO MEIO AMBIENTE:
O CASO DO BAIRRO TANCREDO NEVES – CATOLÉ DO ROCHA – PB.**

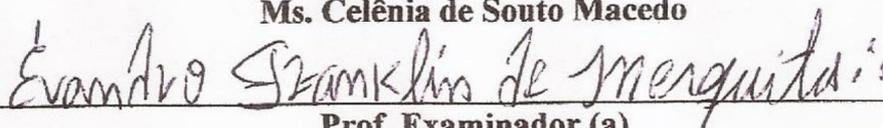
Aprovado em: 26 de Setembro de 2011.

COMISSÃO EXAMINADORA



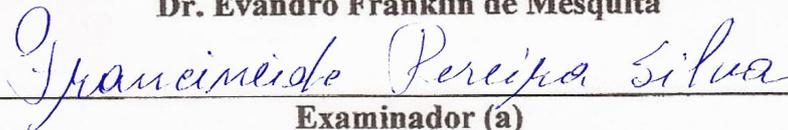
Prof. Orientador(a)

Ms. Celênia de Souto Macedo



Prof. Examinador (a)

Dr. Evandro Franklin de Mesquita



Examinador (a)

Ms. Francineide Pereira da Silva

SUMÁRIO

ABSTRACT	05
INTRODUÇÃO	06
NA CONTRAMÃO DO DESENVOLVIMENTO – EVOLUÇÃO ECONÔMICA E PRECARIZAÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA NA SOCIEDADE	07
A QUESTÃO URBANA EM CATOLE DO ROCHA - PB: ANÁLISE DOS PROBLEMAS SOCIOAMBIENTAIS NO BAIRRO TANCREDO NEVES	11
CONSIDERAÇÕES FINAIS	17
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	18

ANÁLISE DOS PROBLEMAS SOCIOAMBIENTAIS NO BAIRRO TANCREDO NEVES (ROCINHA) – CATOLÉ DO ROCHA/PB: UM ESTUDO DE CASO.

RESUMO: O meio ambiente tem sido referenciado, nestas últimas décadas, como suporte de todas as formas e modelos de desenvolvimento estabelecidos pelo processo de ocupação humana dos espaços. Quer seja na esfera local ou planetária, o ambiente natural bem como o ambiente construído, também chamado de ambiente “geográfico”, tem sido alvo de inúmeras ações antrópicas, de modo que há a preocupação e a necessidade de se promoverem ações no sentido de minimizar uma série de problemas que hoje afetam a população. Diante dessas questões, o presente artigo busca analisar os problemas socioambientais que atingem o bairro Tancredo Neves (Rocinha), no município de Catolé do Rocha/PB, objetivando promover o levantamento de suas causas, através do estudo das formas de utilização de seu espaço e dos impactos resultantes das atividades econômicas atualmente desenvolvidas.

Palavras-chaves: Desenvolvimento, Problemas socioambiental, Meio Ambiente.

ABSTRACT: The environment has been referenced in recent decades, in support of all shapes and models of development established by the process of human occupation of space. Whether at the local or global, the natural environment and the built environment, also called the environment "geographic", has been the target of numerous human activities, so that there is a concern and the need to promote actions to minimize a series of problems that affect people today. Given these issues, this paper analyzes the social and environmental problems that affect the neighborhood Tancredo Neves (Rocinha), in the municipality of Catolé do Rocha/PB, the survey aimed to promote their causes, through the study of ways to use their space and impacts resulting from economic activities currently undertaken.

Keywords: Development, social and environmental problems, Environment

INTRODUÇÃO

O debate em torno das questões ambientais tem alcançado grande relevo nas últimas décadas, envolvendo teóricos, governos e a sociedade civil do mundo inteiro, haja vista a crescente preocupação e busca de medidas que cessem ou, pelo menos, diminuam as ações causadoras de impacto ambiental e seus efeitos nocivos sobre o planeta Terra.

Todo esse processo de degradação dos recursos naturais, originado pela atividade humana, que veio causar problemas globais, muitos deles de natureza catastrófica, como se noticia diuturnamente na mídia televisiva, passou a despertar a necessidade da criação de mecanismos que pudessem regular a atuação do homem no meio natural e puni-lo quando sua ação causasse prejuízo ou lesão aos bens ambientais.

A cidade de Catolé do Rocha está encravada em pleno sertão paraibano, ocupando cerca de 466 km², e serve de exemplo para demonstrar o crescimento populacional e o desenvolvimento econômico que se perfaz em inúmeras cidades do mundo, se insurgindo também como alvo de práticas lesivas ao meio ambiente, as quais têm agravado a qualidade de vida de sua população.

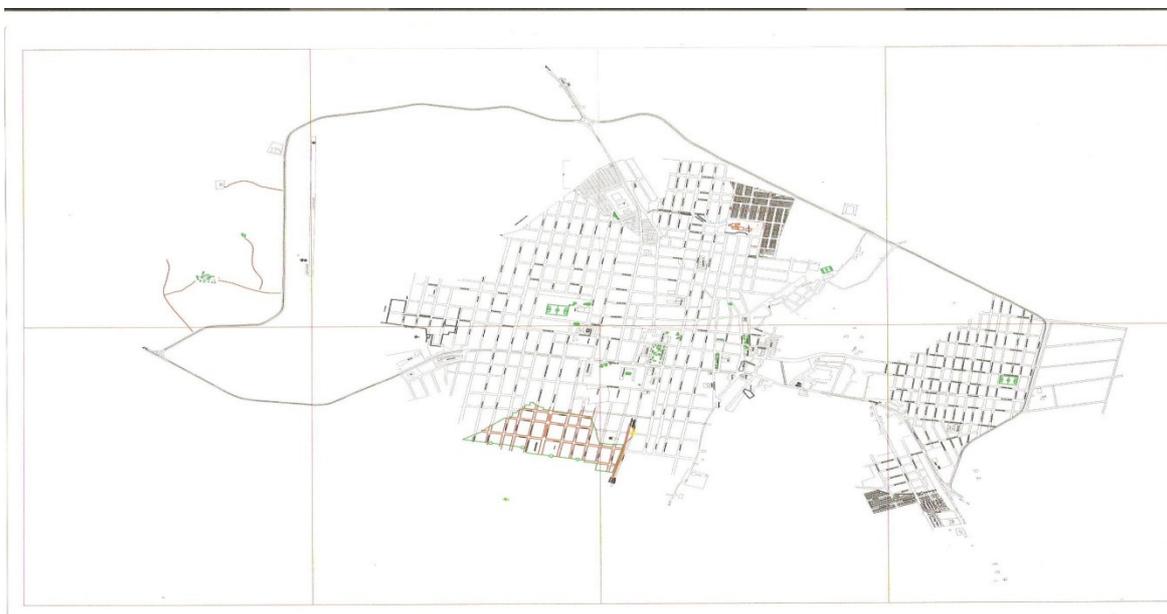


Figura 1: Planta da cidade de Catolé do Rocha, destacando a direita a bairro Tancredo Neves

Nesse tocante, podemos destacar: a ocupação irracional e desordenada de áreas insalubres e de risco, a exploração predatória dos recursos naturais e minerais, o lançamento de lixo doméstico e de resíduos tóxicos em áreas inapropriadas (lixões), provocando grandes estragos ao solo e à água do subsolo e da superfície, além de servirem,

paradoxalmente, como fonte de contaminação para os que sobrevivem da exploração de tais resíduos, etc. Outro ponto importante reside na falta de uma política de arborização e de gestão dos recursos hídricos, entre outros.

A degradação ambiental, muitas vezes, tem sido a causa da degradação humana ou social. A deterioração dos ecossistemas e o prejuízo na produção de alimentos, o empobrecimento dos solos e as secas, entre outros problemas, criam um fluxo migratório da zona rural para a zona urbana, provocando um crescimento desordenado desta e, conseqüentemente, o surgimento de favelas e ocupações periféricas sem o mínimo de infra-estrutura para a população.

Todas essas questões passaram a despertar a atenção de muitos segmentos da sociedade, uma vez que o ser humano vem se reconhecendo como parte integrante de todo um organismo que tem sua própria existência ameaçada. A realização de esforços por parte do Poder Público, tem se aliado ao de escolas e universidades, que discutem e buscam soluções para a minimização dos impactos. As medidas tomadas em conjunto, a partir da co-participação dos diversos agentes envolvidos, podem gerar efeitos práticos e ao mesmo tempo criar, mesmo que paulatinamente, uma consciência ambiental nos cidadãos, repercutindo certamente na melhoria de sua qualidade de vida.

NA CONTRAMÃO DO DESENVOLVIMENTO – EVOLUÇÃO ECONÔMICA E PRECARIZAÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA NA SOCIEDADE

O meio ambiente tem sido referenciado, nestas últimas décadas, como suporte de todas as formas e modelos de desenvolvimento estabelecidos pelo processo de ocupação humana dos espaços, o que tem provocado sérios impactos e uma crescente degradação da Terra, agravando a qualidade de vida da população mundial. O ambiente natural bem como o ambiente construído, também chamado de ambiente “geográfico”, produto desse processo ocupacional efetivado pelo homem, necessita de ações que possam promover uma maior efetivação na aplicação de normas e mecanismos de proteção ambiental, no intuito de reverter o atual cenário de degradação Dasman (1970).

Não é por acaso que a preocupação com o meio ambiente, em sua “dupla dimensão”, vem sendo discutida na sociedade moderna. Nas últimas décadas, tem se observado um maior interesse dos cidadãos, acerca das questões a ele relacionadas, tendo

em vista que os impactos socioambientais ganharam dimensões que tem agravado a qualidade de vida da população mundial, colocando em xeque nosso próprio futuro Dasman (1970).

Os aterros sanitários, como áreas destinadas para armazenamento de resíduos sólidos urbanos (RSU), são uma das técnicas eficientes e mais econômicas para o tratamento desses resíduos. Porém, em países subdesenvolvidos, a falta de saneamento básico mostra um cenário na destinação de RSU, que são os lixões, local onde os resíduos são depositados diretamente no solo sem nenhuma técnica de engenharia para deposição e operação, ou qualquer preocupação com os danos que serão causados ao meio ambiente, como contaminação do solo e corpos d'água superficiais e subterrâneos, a proliferação de vetores e instalação de comunidades de catadores, geração de gases e onde não há nenhum tipo de tratamento que contribua para a melhoria dos danos ambientais e solução de problemas causados ao homem Silveira, (2004).

Essas preocupações, como sabemos, nasceram a partir de 1972, onde se debateu pela primeira vez a problemática ambiental. O avançar da sociedade e com ela de todo um processo de desenvolvimento dos espaços e das relações de produção, continuou promovendo profundas alterações no meio ambiente, exigindo a discussão por parte de lideranças mundial e estudiosa do assunto preocupada com o alarmante quadro de degradação pelo qual o mundo atua passa Dasman (1970).

Decorridos quase quarenta anos, embora a discussão tenha se ampliado, constatou-se que ações práticas não seguiram o mesmo nível de entusiasmo da retórica que ora se inflamava na defesa da bandeira de um meio ambiente sadio e equilibrado. Hoje, tais preocupações se ampliam uma vez que o meio ambiente urbano, “lócus” ou morada permanente da crescente “civilização moderna” é fonte da maior diversidade de problemas oriundos da urbanização. A cidade representa o espaço da poluição, da perda da qualidade de vida, do estresse, dos arranha-céus que vão aos poucos engolindo o verde que resta, enfim, lugar das mazelas econômicas, sociais e também ambientais Loureiro (2000).

De acordo com Spörl (2001), as alterações causadas no ambiente pela ação humana afetam cada vez mais a funcionalidade do sistema causando graves processos degenerativos em primeira instância no ambiente natural, e depois, a prazos mais longos à própria sociedade.

Os metais pesados estão presentes no lixo urbano em grande quantidade, principalmente nas grandes cidades, onde se tem a utilização de produtos domésticos que

contém grande quantidade desses metais. O lixo proveniente de indústrias também pode conter elevadas concentrações de metais, que estão presentes em pilhas, baterias, jornais, tintas, tecidos, têxteis, enlatados, inclusive em alimentos, os quais para serem produzidos necessitam de substâncias à base de metais pesados Melo, (2003).

A contaminação química tem merecido maior atenção em nossa sociedade, devido ao aumento, quase exponencial, do número de substâncias sintetizadas pelo homem no último século. Para que se tenha uma idéia, das 6 milhões de substâncias conhecidas, 63 mil são de uso cotidiano, e ainda é importante citar que apenas 2 mil foram bem estudadas do ponto de vista ecotoxicológico. Isso, tomando como base 118 agente químicos, 103 orgânicos e 15 inorgânicos, considerados mundialmente como prioritários para efeito de controle Zagatto, (2000).

A sociedade evolui através da ampliação de sua capacidade de produzir bens e de satisfação dos mais diversos interesses, porém é notório que nem todos têm as mesmas oportunidades ou possibilidades de acesso aos frutos gerados. A desigualdade social (que é reflexo da má distribuição de renda) tem manifestado suas consequências, com veemência, sobre a população mais carente. Esta, muitas vezes, desprovida de recursos econômicos e também desamparada por parte do poder público (Estado), paga um alto preço, uma vez que tem sua própria qualidade de vida degradada, morando em bairros insalubres, sem o mínimo de infraestrutura, enfim, vive a mercê de sua própria sorte Spörl (2001).

Alguns setores da sociedade dos países desenvolvidos estão convencidos disto e já aceitaram que o desenvolvimento a qualquer custo, nos padrões que conhecemos, está com os dias contados. Uma alteração nos modos de vida parece estar em andamento. Neste sentido é que ganha força a idéia de Montibeller (2000) de considerar o "desenvolvimento sustentável" como sendo o desenvolvimento de um novo modo de vida e ou de produção baseado em cinco sustentabilidades básicas: a social, a econômica, a cultural, a espacial e a ambiental.

Tecnicamente, a reciclagem pode ser definida como uma forma de tratamento dos resíduos que contribui para a minimização dos impactos causados pela sua disposição final no ambiente. Por este método, diversos materiais que seriam enterrados retornam ao ciclo de vida como matéria-prima de outro produto. De acordo com Ogata (1999), entre os principais benefícios desta atitude estão: (1) a diminuição de áreas reservadas ao destino final, aterros e lixões; (2) a redução da exaustão dos recursos não renováveis; (3) economia de energia e água ao poupar matéria-prima virgem.

Atualmente, em virtude do desenvolvimento tecnológico e dos meios de transportes, que unem os mais longínquos lugares do mundo e de problemas ambientais, que afetam toda a humanidade, tem-se a noção de que o mundo é um só e que ações cometidas em determinado lugar da Terra afetam todos os seus recantos. Sobre esses aspectos, Dasman (1970), enfatiza que:

Hoje em dia, porém, o mundo tornou-se pequeno pelo rápido crescimento de sua população e está preso à densa trama de redes de transportes pelas quais a gente e mercadoria se movimentam em volume e velocidade cada vez maiores. A exploração humana crescente e descontrolada ameaça os cantos mais longínquos da Terra. Cidades tornaram-se pontos focais num declínio ameaçador da qualidade de vida humana. A poluição espalha-se por toda a parte [...].

Assim, todas essas questões que revelam não só o sentimento de cuidado à natureza, mas também as preocupações com a continuidade de existência digna da própria espécie humana têm despertado uma maior consciência da humanidade quanto ao trato dos problemas ambientais e evidenciado a elaboração de dispositivos legais que regulem às atividades e práticas danosas do homem sobre o meio ambiente. Nesse sentido, tomemos, por exemplo, a Constituição Federal Brasileira de 1988, que em seu art. 225, postula que:

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Como salienta Loureiro (2000) “a qualidade de vida esta a exigir uma pergunta de novo tipo: - como pode o processo de desenvolvimento humano (e nossos projetos) contribuir para o meio que ele modifica? (...)”. Talvez seja esse o maior desafio da humanidade para este século: conciliar o desenvolvimento econômico com o desenvolvimento sustentável, garantindo assim a continuidade do progresso humano sem a destruição dos bens naturais que ainda restam e o agravamento das condições de sustentabilidade no planeta Loureiro (2000).

Toda essa problemática tem suscitado respostas ou soluções. Assim, os inúmeros questionamentos que hoje são feitos têm nos orientado, forçosamente, a realizar ações que privilegiam o espaço global, e, sobretudo, o local. Afinal, o meio ambiente hoje não deve ser entendido estritamente como o espaço onde imperam os elementos naturais, mas aquele

que também englobe os aspectos urbanos e que considere a cidade enquanto habitat ou morada do homem Loureiro (2000).

A QUESTÃO URBANA EM CATOLÉ DO ROCHA - PB: ANÁLISE DOS PROBLEMAS SOCIOAMBIENTAIS NO BAIRRO TANCREDO NEVES (ROCINHA)

Com diferença de grau e de intensidade, todas as cidades brasileiras exibem problemáticas parecidas. Seu tamanho, tipo de atividade, região em que se inserem etc. São elementos de diferenciação, mas, em todas elas, problemas como os do emprego, da habitação, dos transportes, do lazer, da água, dos esgotos, da educação e saúde são genéricos e revelam enormes carências, Santos, (2008).

A percepção e compreensão do espaço ocorrem a partir do reconhecimento das suas limitações e potencialidades. Vivenciando o espaço, o homem age diretamente sobre ele, ora maximizando as formas de apropriação e/ou utilização de seus recursos, ora buscando formas de minimizar as dificuldades que o meio físico impõe a sua sobrevivência. Historicamente, durante o processo de ocupação do espaço semiárido, as atividades produtivas iniciais não eram percebidas como degradantes, porque até então se acreditava que os recursos naturais eram inesgotáveis. Apenas recentemente, com o advento da urbanização e a crescente demanda de recursos naturais, aliados aos dejetos oriundos da produção, foi possível perceber que as atividades culturalmente desenvolvidas ao longo do tempo estavam impregnadas de forte caráter de degradação ambiental Spörl (2001).



Figura 2: Ruas sem pavimentação no bairro Tancredo Neves no município de Catolé do Rocha – PB. Autoria: José Cleiton Domingos de Sousa. Novembro de 2011.

A urbanização das cidades, aliada a gradativa demanda e exploração dos recursos ambientais, tem ocasionado enormes desequilíbrios nos sistemas naturais e na vida social do homem, que sagaz e ferozmente, passa a explorar a natureza de forma irracional e desenfreada, sem a preocupação de disciplinar sua atuação e conservar o que ainda resta para as futuras gerações.

O meio natural que anteriormente era estritamente concebido como àquele dotado de “característicos naturais”, hoje engloba também o meio “urbanístico”, onde se registram as mais diversas formas de degradação, quer seja através de resíduos provenientes da produção (lixo, esgotos, fumaças, etc.), quer seja através da falta de empregos, moradia, saneamento básico e acesso a direitos sociais, como educação e saúde, constituindo na verdadeira “degradação moral” do homem.

Esgoto são águas que, após o uso humano, apresentam as suas características alteradas. Conforme o uso predominante: comercial, industrial ou doméstico essas águas apresentarão características diferentes e são genericamente chamadas de águas residuais. Em países subdesenvolvidos, como o Brasil, o lançamento indiscriminado de esgotos domésticos costuma ser um dos maiores problemas ambientais e de saúde pública Cavalcanti, (1998).



Figura 3: Esgoto a céu aberto no bairro Tancredo Neves no município de Catolé do Rocha – PB. Autoria: José Cleiton Domingos de Sousa. Novembro de 2011.

Sobre a necessidade de se rever os padrões de desenvolvimento da sociedade, o que deve passar necessariamente por uma tomada de atitude por parte de cada cidadão, Loureiro (2000), enfatiza que:

a perspectiva de sustentabilidade da vida urbana determina senão uma visão ecológica da cidade. E senão em nome dos desejos, ao menos em decorrência do medo do futuro, deveremos construir sistemas de vidas saudáveis, não para remediar as disfunções urbanas, mas para constituir novos valores de vida e de ética urbana (...).

A cidade de Catolé do Rocha, se enquadrando nessa realidade mundial, reflete toda uma história de progressos em sua expansão, denotando a ocorrência de diversos problemas que a acompanharam nessa evolução. Tais problemas não são apenas frutos da mudança da própria conjuntura socioeconômica do país, mas também de um passado político que, em certos períodos, em virtude da rivalidade entre governantes, acabou resultando em retrocessos para o município, uma vez que *“quem assumia o mandato não se preocupava em dar seguimento às obras de seu antecessor”*, ou simplesmente não usava o dinheiro público para sanar os problemas que iam surgindo com o crescimento da cidade. Tais fatos, aliados a falta de um planejamento urbano, incidiram num incontável número de problemas socioambientais que afetam diretamente a vida de grande parcela da população catoleense, principalmente daquela que vive nos bairros mais pobres e menos dotados de infra-estrutura, como é o caso do Tancredo Neves, popularmente conhecido como “Rocinha”.

Nesse bairro, nota-se uma grande quantidade de problemas que afetam a população, prejudicando sua qualidade de vida. Além dos problemas tradicionais já citados, relacionados ao lançamento de lixo em locais inapropriados, falta de sistemas de abastecimento de água e de coleta e tratamento de esgotos, ruas sem pavimentação, inexistência de uma política de arborização, entre outros, juntam-se àqueles relacionados à falta de assistência médica e educacional e a inexistência de uma política de moradia e de emprego e renda. Todos esses fatores causam a própria degradação humana, reflexo, sobretudo, das péssimas condições em que alguns sobrevivem, se traduzindo na maior e pior forma de poluição, já apontada por Andrade (1994), a “miséria”, que atinge milhões de pessoas em todo o mundo e cuja forma passa por despercebida aos olhos da maioria dos governantes.



Figura 4: Deposito de lixo a céu aberto no bairro Tancredo Neves no município de Catolé do Rocha – PB. Autoria: José Cleiton Domingos de Sousa. Novembro de 2011.

Diante destas considerações, concordamos com o professor Aguiar (1998) ao afirmar que a questão do meio ambiente torna-se assim, “uma questão de cidadania, pois é a prática política e social do ser humano no sentido de sua sobrevivência dentro de um todo articulado do qual ele faz parte, dele depende e com ele interage”.

Logicamente, que para a consecução de projetos ou ações que cessem ou minimizem muitos dos problemas que ocorrem em inúmeras áreas do Brasil que sofrem do mesmo descaso, é necessário a organização e participação popular, onde os indivíduos não apenas cobrem dos poderes constituídos, mas saibam as razões de suas reivindicações e lutem ativamente pela consecução de seus objetivos.

Portanto, em uma sociedade desorganizada e sem poder de reivindicar, o Estado, mesmo que legítimo pelo voto direto, se sente no direito de fazer o que quer, como quer e para os grupos que quer, sem que os cidadãos possam interferir. Assim, as organizações da sociedade civil são os instrumentos da busca de construção e criação de direitos, da construção da cidadania e do equilíbrio da vida social. (ROCHA, p.12)

Garantir a melhoria da vida dos cidadãos é dever de nossos representantes municipais, que devem criar mecanismos que viabilizem aos munícipes viver com dignidade e bem-estar.

[...] Ora, a perspectiva de sustentabilidade da vida urbana determina senão uma visão ecológica da cidade. E, senão em nome dos desejos, ao menos em decorrência do medo do futuro, deveremos construir sistemas de vida saudáveis, não para remediar as disfunções urbanas, mas para constituir novos valores de vida e de ética urbana [...]. (LOUREIRO, 2000)

Enquanto políticas públicas efetivas não avancem é necessário que cada um de nós mude a maneira de pensar, de agir e de viver a vida urbana. Somente assim, poderemos contribuir para a construção de um ideal transformador capaz de modificar e dar uma nova dinâmica a esse vital espaço social, a cidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse novo século, a abordagem sobre o tema ‘cidades e vida urbana’ tem sido diuturnamente colocada em pauta. A cidade, produto das diversas e intrínsecas relações humanas, expressa sua grandiosidade e importância e “denota através de sua estrutura física, os erros, os acertos, os desejos e os medos, os sistemas de vida, enfim, a própria sociedade que a construiu e mantém” (Loureiro, 2000).

A evolução desse importante organismo pautou-se no desenvolvimento/progresso humano baseado na apropriação cada vez maior do meio natural e das progressivas formas de produzir bens capazes de satisfazer as necessidades de uma sociedade cada vez mais complexa.

Contudo, todo esse avanço teve um preço a ser pago. O meio ambiente enquanto mantenedor das condições vitais de sobrevivência para todas as espécies passou a ser explorado de forma desenfreada, exaurido em vários de seus componentes, o que hoje compromete o equilíbrio e a dinâmica natural do planeta.

Os inúmeros problemas gerados não se restringem apenas ao meio físico, mas ocorrem com grande intensidade no espaço urbano, onde diuturnamente se proliferam a maior diversidade de mazelas. Nos grandes centros evidencia-se a poluição em suas múltiplas formas, engarrafamentos, marginalização, desemprego, estresse, enchentes, etc.; nos médios e pequenos, muitos desses problemas somam-se a precarização das condições de vida da população, confirmadas pela carência econômica de milhões de famílias, pela falta de acesso a determinados bens que, mesmo sendo direitos, muitas vezes são suprimidos das classes mais pobres e, por fim, da ineficiência e descaso do poder público em promover ações visando à melhoria da qualidade de vida dos munícipes.

Como bem salienta Corrêa (2001), “pensar o futuro é sempre uma tarefa difícil. É antes de tudo, um ato político porque não se pode pensá-lo sem que projetemos nossos valores, crenças e utopias, mas também nossas perplexidades, contradições e limites”. Assim, consideramos que embora a luta por uma sociedade mais consciente de seu papel seja tarefa, no mínimo, árdua, os esforços devem ser desmedidos, pois o que está em jogo não é apenas o meio ambiente e os diversos elementos que o compõe, mas a própria condição de vida da espécie humana e de todas as demais que viajam na espaçonave Terra.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Roberto Armando Ramos de. **Direito do Meio Ambiente e participação popular**. 2ª ed. Brasília: Edições IBAMA, 1998.

ANDRADE, Manuel Correia de. **O Desafio Ecológico: Utopia e Realidade**. - São Paulo: Hucitec, 1994.

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988: atualizada até a Emenda Constitucional n° 20, de 15-12-1998**. 21. ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

CAVALCANTI, J. E. A década de 90 e os resíduos sólidos. **Revista Saneamento Ambiental**. n.54, p.16-24, 1998.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Pensando o urbano no Brasil do século XXI: uma proposta temática**. In: Geografia 2001. – Aracaju, NPGeo/UFS, 2000.

DASMANN, Raymond F. **Um novo significado de conservação**. Boletim Geográfico, 1970, v. 29, n° 218. Disponível em <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/boletimgeografico/Boletim%20Geografico%201970%20v29%20n218.pdf>. Acesso em: 03 de janeiro de 2011.

LOUREIRO, Kátia. **Cidades e processos naturais: A correção inevitável dos destinos urbanos**. In: Geografia 2001. – Aracaju, NPGeo/UFS, 2000.

MELO, M.C. **Uma análise de recalques associada a biodegradação no aterro de Resíduos Sólidos da Muribeca**. Dissertação de Mestrado, UFPE, 2003.

MONTIBELLER, Gilberto. **Apropriações diferenciadas do conceito de desenvolvimento sustentável**. Geosul, v. 15, n. 29, Florianópolis, 2000.

OGATA, Maria. **A Geração de Resíduos: a face perversa do consumo**. Bahia - Análise e Dados. Salvador: v. 9, n°2, p. 84-88, Set 1999

ROCHA, Jefferson Marçal da. **A gestão dos recursos naturais: uma perspectiva de sustentabilidade baseada nas aspirações do “lugar”**. Disponível em: http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro1/gt/conhecimento_local/Jefferson%20Marcal%20da%20Rocha.pdf. Acesso em: 03 de janeiro de 2011.

SANTOS, M. **A Urbanização Brasileira**. 5. ed., São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 2008

SILVEIRA, A.M.M. **Estudo do Peso Específico de RSU**. Tese de Doutorado, UFRJ, 2004.

SPÖRL, Christiane. **Análise da Fragilidade Ambiental Relevo-Solo com Aplicação de Três Modelos Alternativos nas Altas Bacias do Rio Jaguari-Mirim, Ribeirão do Quartel e Ribeirão da Prata.** Dissertação (Mestrado). Universidade de São Paulo, São Paulo. 2001.

ZAGATO, P. A. **Ecotoxicologia e Desenvolvimento Sustentável: Perspectivas para o Séc. XXI.** VI Encontro de Ecotoxicologia, Mini-curso: Ecotoxicologia Aquática. São Carlos – SP. 2000.